

AUGUSTO DE FRANCO

**Pobreza &
DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

**Pobreza &
DESARROLLO
LOCAL**

**Poverty &
LOCAL
DEVELOPMENT**

Brasília
Aed

2002

POBREZA & DESENVOLVIMENTO LOCAL – Por que a pobreza e a exclusão social não devem ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, e sim, prioritariamente, com programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social, como o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Copyright © 2002 by Augusto de Franco

Projeto Gráfico e Edição Eletrônica: Alessandro Mendes

Revisão: Cely Curado

Tradução: Maria Mercedes Quihilaborda Mourão e Susie Casement Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Franco, Augusto de

Pobreza & desenvolvimento local = Pobreza & desarrollo local / Augusto de Franco ; tradução de Maria Mercedes Quihilaborda Mourão, Susie Casement Moreira. – Brasília : ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

336 p. ; 21 cm.

Títulos e textos em português, espanhol e inglês.

ISBN 85-88699-03-6

1. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).
2. Pobreza. 3. Exclusão social. I. Título: Pobreza & desarrollo local.

CDU: 316.42

ISBN 85-88699-03-6

AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento
SHIN QI 3 Conjunto 5 Casa 2 Lago Norte
71505-250 Brasília DF Tel 61 3687388 Fax 61 368 1079
www.aed.org.br

Pobreza &
DESENVOLVIMENTO
LOCAL

Por que a pobreza e a exclusão social não devem ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, e sim, prioritariamente, com programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social, como o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

+

Versión en Español
English Version

Apresentação

Este livro nasceu de conversas que venho mantendo com centenas de interlocutores a partir das chamadas ‘Cartas DLIS’ – uma correspondência eletrônica que envio quinzenalmente para cerca de 2.500 pessoas de todo o Brasil a partir da AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento. Muitas dessas pessoas são o que poderíamos chamar de ‘agentes de desenvolvimento’ e trabalham em diversas áreas, desde capacitação para a gestão de programas locais até formulação e execução de políticas públicas de nível federal, estadual e municipal. Algumas delas são dirigentes governamentais, empresariais e de organizações da sociedade civil com altas atribuições e responsabilidades reconhecidas. Outras, participantes de fóruns locais de desenvolvimento em pequenas cidades pobres do interior do País, com atribuições ainda não conhecidas, mas com alto senso de responsabilidade.

Isso quer dizer que o livro não nasceu de um plano pré-concebido. Simplesmente foi surgindo, à medida que as cartas se sucediam e que eu era obrigado a replicar as mensagens que chegavam e continuam chegando com frequência cada vez maior.

Isso também explica o estilo, coloquial, do texto. Não se trata de um trabalho acadêmico. De propósito, optei por reduzir ao máximo, quase eliminar, as citações. Tenho a impressão de que, se procedêssemos assim – mesmo em relação a trabalhos acadêmicos –, o pensamento e a inteligência só teriam a ganhar.

Penso que, se alguém tem alguma coisa a dizer, o melhor a fazer é dizê-la, justificando suas sentenças com a força dos próprios argumentos, ao invés de buscar apoio em citações de outrem para tentar afirmar-se ou legitimar suas idéias com base na autoridade intelectual alheia. Infelizmente, nossas academias e centros de pesquisa se transformaram em espécies de igrejas onde graus, sacerdotais, são conferidos por castas que se condecoram mutuamente com títulos de mestres e doutores, e tudo o que não consegue tirar o “passaporte epistemológico” exigido e aceito – muitas vezes porque não soube se travestir com a roupagem da moda (o formalismo, os jargões, o estilo e, sobretudo, as citações têm a ver com isso) – é liminarmente reprovado como conhecimento não-válido, inverdade ou heresia. Em conseqüência, produz-se muito pouco conhecimento novo.

Digo isso nesta apresentação porque tem a ver com o que ocorreu com o conceito de desenvolvimento. A função dos sacerdotes, em qualquer campo, é repetir, repetir sempre, para aprisionar o futuro, cavando um sulco por

onde devem escorrer as coisas que ainda virão. Os sacerdotes da modernidade – *i. e.*, os economistas, que da academia vão para os governos e voltam para a academia, e que há mais de cem anos nesse trânsito fazem a cabeça dos *policy makers* – disseram e repetiram tanto que desenvolvimento é igual a crescimento econômico, que as pessoas simplesmente não conseguem pensar de outro modo. Não conseguem nem enxergar evidências palmares, como as de que todo desenvolvimento é desenvolvimento social, desenvolvimento é mudança social e, portanto, desenvolvimento é uma questão política. E, intoxicadas pela ideologia do crescimento, deixam de ver que chamamos de desenvolvimento a um movimento ocorrido nas sociedades – e não na geosfera, ou na biosfera, ou na estratosfera – para melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

Este livro oferece uma fundamentação possível para uma nova concepção de desenvolvimento – o desenvolvimento humano e social sustentável. O chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é apenas um dos caminhos possíveis para realizar essa nova concepção de desenvolvimento em comunidades reais, que vivem hoje em localidades pobres do interior do Brasil e de outros países.

Não pretendo criar uma nova ortodoxia em torno da sigla DLIS. A sigla – ruim como toda sigla – não foi inventada em nenhum laboratório de *marketing* e não foi resultado de decisão burocrática de algum coordenador de programa de governo. Ela foi fruto de negociações entre vários atores, governamentais e não-governamentais, em uma das Rodadas de Interlocução Política (a oitava) do Conselho da Comunidade Solidária, que tive o prazer de coordenar no início de 1998. Por isso somos compelidos a mantê-la.

Também não pretendo criar uma ideologia a partir de uma nova metodologia ou de uma nova estratégia de indução do desenvolvimento local. Não existe caminho único para a superação da pobreza e nem existe uma “mesma” vitamina eficaz para promover o desenvolvimento humano e social sustentável em todos os lugares. Não acredito em receitas de panacéias de qualquer tipo. Não creio que se possa ou se deva adotar diretivas singulares como: “vamos crescer a 5% ao ano”, ou “vamos universalizar a renda mínima”, ou “vamos aumentar o salário mínimo”, ou “vamos poupar”, ou “vamos exportar”, ou “vamos aumentar a qualidade e a produtividade” *et coetera*. Por isso, não advogo a expansão do DLIS para todas as localidades brasileiras como uma solução única para os nossos problemas.

Por último, não pretendo reivindicar a paternidade de qualquer metodologia de desenvolvimento local e, nem

mesmo, da estratégia do DLIS. Tento mostrar que desenvolvimento econômico local é coisa antiga e o DLIS é coisa nova, tal como o é, por exemplo, a metodologia da chamada Agenda 21 Local.

Mas tento, também, mostrar que a diferença essencial do DLIS em relação às demais metodologias de promoção do desenvolvimento local está em que o DLIS é uma estratégia de desconstituição de uma cultura política que: (i) desmobiliza a criatividade e a inovação, levando as pessoas a repetirem o que sempre fizeram (isso é contra o empreendedorismo individual); (ii) desestimula o enfrentamento coletivo dos problemas comuns, transformando as pessoas em beneficiárias passivas de programas assistenciais que já vêm prontos (isso é contra o empreendedorismo coletivo); (iii) substitui a cooperação que alavanca recursos da própria comunidade pela competição por recursos de fora, que serão conseguidos por algum benfeitor e oferecidos em troca de algum tipo de apoio (isso é contra a prática da cooperação); (iv) impede que essa cooperação se amplie e se reproduza socialmente, alimentando a desconfiança entre as pessoas (isso é contra a ampliação social da cooperação); (v) verticaliza as relações e desestimula as conexões horizontais entre pessoas, grupos e organizações, isolando-os e deixando-os à mercê de favores de algum político poderoso (isso é contra as redes e a favor de estruturas piramidais de poder); (vi) exclui as pessoas das decisões e as

impede de participarem dos assuntos públicos, que dizem respeito aos destinos da comunidade (isso é contra a democracia).

Para que a comunidade possa se desenvolver é preciso se libertar da cultura política que sustenta as práticas listadas acima. Ora, só há uma maneira de fazer isso: incentivando práticas contrárias, que favoreçam o empreendedorismo individual e coletivo, a cooperação, as redes e a democracia. Na minha opinião, é isso, basicamente, o que faz e deve continuar fazendo o DLIS.

Em outras palavras, é preciso devolver às pessoas a capacidade de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos e fortalecer a sua capacidade de comunidade, quer dizer, de compartilhar os seus sonhos e de cooperar na busca de objetivos comuns, exercendo seu protagonismo para alavancar seus próprios recursos na solução de problemas locais, conectando-se horizontalmente em rede, democratizando decisões e procedimentos e inaugurando novos processos participativos de caráter público.

Sei que os teóricos do desenvolvimento não gostam muito de pensar nessas coisas. A ação de se libertar de constrangimentos é uma ação essencialmente política, que exige articulação, negociação, aceitação da diferença e valorização da opinião em relação ao saber, atitudes que estrategistas e

engenheiros de programas econômicos acham pura perda de tempo, talvez porque ainda não tenham conseguido ver as relações intrínsecas que existem entre desenvolvimento e democracia. Espero que este livro contribua para que vejam isto ou, pelo menos, para abalar suas velhas convicções.

Mas espero que o livro seja útil, principalmente, para aqueles que querem participar de novos processos de desenvolvimento, que têm vontade de fazer coisas inovadoras, que não se importam muito com o julgamento dos “donos do saber” sobre o tema. Infelizmente, estes últimos, via de regra, orientam as decisões dos “donos do poder” de permitir que uma idéia nova seja experimentada.

Por justiça, não poderia deixar de dizer que a iniciativa do DLIS só está podendo ser implantada no Brasil, em grande escala, em virtude do espírito aberto à inovação que reina no Conselho da Comunidade Solidária e da visão democrática do Presidente da República.

Brasília, abril de 2002.

Augusto de Franco